



Comunicado

Reação do CiB ao estudo da Comissão Europeia sobre edição genética

A Comissão Europeia publicou ontem [um estudo](#) na sua página oficial sobre a situação das novas técnicas genómicas (NGT). Neste estudo, a Comissão revela que pretende desencadear um processo de alteração legislativo com o objetivo de regulamentar a obtenção de plantas com base na edição genética, uma tecnologia diferente da obtenção de plantas transgénicas.

Da análise do documento, cujo [sumário executivo em português](#) pode ser consultado na página do Centro de Informação em Biotecnologia, o Presidente da Direção desta associação, Jorge Canhoto, realça os seguintes aspetos positivos, pelos quais o CiB se tem batido:

- 1) A importância que Comissão atribui ao potencial das NGT no cumprimento dos objetivos estratégicos da UE no que respeita aos dois grandes pilares da política ambiental e agrícola - o Acordo Verde Europeu e a estratégia Farm to Fork - e ao contributo que a obtenção de plantas com base em NGT pode ter na mitigação das alterações climáticas e na obtenção de plantas mais tolerantes aos stresses ambientais e ao aparecimento de novas pragas e doenças, cada vez mais comuns.
- 2) O estudo considera, corretamente, que as NGT constituem um grupo diversificado de técnicas, não sendo fácil a criação de um conjunto normativo que possa prever todas as situações. Neste sentido, e numa posição há muito defendida pelo CiB, a Comissão entende que a legislação deve ter em conta as características do produto final, neste caso plantas com novas características, e não a tecnologia utilizada no seu desenvolvimento. Como corolário, o estudo refere que as NGT permitem a obtenção de plantas de maneira idêntica àquela que é utilizada na obtenção de novas variedades, ou seja, através de mutações com agentes químicos ou radiações, posição corroborada pelo regulador europeu (EFSA). O CiB não podia estar mais de acordo com esta posição, sendo ainda relevante o facto das NGT permitirem a modificação das plantas de uma forma não aleatória, evitando assim modificações laterais não pretendidas.

3) O documento considera ainda que a atual legislação, fortemente limitadora da criação de novas variedades com base em NGT, coloca as pequenas e médias empresas europeias numa clara situação de desvantagem relativamente às suas congéneres de outros países, que podem utilizar estas tecnologias e produzir plantas ou derivados que os países da UE importarão. Para além destes efeitos económicos negativos, a atual legislação, a manter-se, pode colocar em risco a segurança alimentar europeia, devido à perda de competitividade do sector agroalimentar europeu e conseqüente aumento das importações de bens essenciais. A recente crise pandémica mostrou como a dependência relativamente a um bem essencial pode ser dramática.

Na sequência deste estudo, a Comissão enviou à presidência da UE, atualmente exercida por Portugal, uma carta explicativa dos passos que serão dados no seguimento desta iniciativa, nomeadamente o facto de haver suficiente evidência para iniciar uma política com o objetivo de regular especificamente algumas das NGT.

O Presidente da Direção do CiB espera agora que “os outros órgãos da UE se empenhem na modificação de uma legislação preconceituosa, conservadora e anti-científica, destinada a perpetuar políticas egoístas que não têm em consideração o interesse dos agricultores, industriais e consumidores”. Neste contexto, Jorge Canhoto considera que “seria muito relevante que a presidência portuguesa da União Europeia pudesse dar um impulso decisivo na implementação de numa nova política de utilização das NGT, da qual as políticas agrícolas e ambientais muito beneficiariam.”